

VELHOS DILEMAS, NOVOS DESAFIOS: NOVAS FORMAS DE TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SINDICAL NO MEIO RURAL PAULISTA

Gabriel da Silva TEIXEIRA*
Rosemeire SALATA**

RESUMO: O intenso processo de mecanização da colheita de cana de açúcar na última década compõe um cenário bastante diverso daquele verificado em décadas anteriores no tocante à organização do trabalho e aos padrões de inserção da mão de obra empregada no setor sucroalcooleiro. A nova dinâmica produtiva deste setor, constantemente reestruturada a partir da entrada de novos grupos investidores, é acompanhada por reflexos importantes para os trabalhadores que compõem a área rural das usinas e suas entidades representativas. O presente artigo visa problematizar as novas formas de inserção dos trabalhadores no processo produtivo, dando especial atenção ao processo de terceirização das atividades de corte, carregamento e transporte da cana de açúcar pelas empresas sucroalcooleiras e às perspectivas sindicais de ação e representação neste contexto. O universo empírico da análise tem por base a região de Ribeirão Preto/SP, polo nacional de produção de açúcar e álcool.

PALAVRAS-CHAVE: Setor sucroalcooleiro. Mecanização da colheita. Mercado de trabalho. Organização do trabalho. Sindicalismo.

* Doutorando em Ciências Sociais. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas – SP – Brasil. 13083-896. Membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA-SP) – dasilva.gp@gmail.com.

** Doutoranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – rosemeire.salata@gmail.com.

Introdução

Na última década assistimos a uma nova expansão do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil. Um complexo de fatores tem influenciado esta retomada recente e, no que se refere à questão social do trabalho – tema central deste artigo – engendrado novas dinâmicas que dão continuidade e aprofundam os efeitos da modernização das unidades produtivas, assentada principalmente na mecanização intensa que passou a predominar nos canaviais paulistas.

O dinamismo que hoje caracteriza esta produção atrai novos grupos investidores para os negócios sucroalcooleiros. Mudanças na estrutura de capital das empresas – a partir da entrada da indústria de capital de risco, de uma série de grupos de investimento e da emissão de títulos para comercialização no mercado de capitais – estão na base das “novas” reestruturações socioeconômicas do capitalismo contemporâneo, impactando também as configurações que assume o mercado do etanol brasileiro, conforme demonstra Mundo Neto (2009). Através da inversão de capitais de grandes grupos financeiros, nos últimos anos, o controle sobre parte significativa da produção do álcool brasileiro tem se transferido para grupos transnacionais.

A reorganização da economia brasileira na última década parece ter recolocado no centro da política agrícola o chamado “agronegócio”, num processo de reprimarização de nossa economia, assentada na geração de saldos de comércio exterior. O Estado volta a ocupar papel central neste contexto, sustentando esta rearticulação das cadeias agroindustriais (DELGADO, 2005, 2010).

É neste contexto que ganha destaque o setor sucroalcooleiro, especialmente durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). No âmbito da política agrícola interna, conforme sinaliza Boito Jr. (2007), o período é marcado por uma política agressiva de exportação, onde se passa a implantar as medidas cambiais e creditícias necessárias à sua manutenção. Tendo o “etanol” como um dos carros-chefe das exportações brasileiras, os investimentos estatais neste setor têm possibilitado a utilização dos recursos disponíveis para a modernização do parque produtivo e para a compra de maquinários agrícolas. As linhas de crédito atualmente disponibilizadas são oriundas do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – e captada em várias fontes, sendo a principal delas o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador (ALVES, 2009).

Diante desta nova expansão, discutimos alguns aspectos deste novo cenário do setor sucroalcooleiro nacional, fortemente lastreado na diminuição de custos e subordinado a padrões internacionais de concorrência. Tal cenário é marcado

por novas singularidades, discutidas a seguir, com reflexos importantes tanto para a forma como se organiza o trabalho, quanto para as entidades de representação dos trabalhadores que compõem a atividade rural das empresas sucroalcooleiras.

Internacionalização do setor sucroalcooleiro e terceirização: alguns apontamentos

Se para “sobreviver” aos anos de 1990, principalmente por conta da desregulamentação estatal, o setor sucroalcooleiro adotou novas formas de organizar e gerir o processo produtivo¹, traduzidas pela lógica da “produção enxuta”, o cenário atual aponta para outras estratégias de gestão administrativa, financeira e dos setores de recursos humanos das empresas sucroalcooleiras.

Assim, em consonância com o processo iniciado na década de 1990, no qual se generalizaram experiências de reestruturações produtivas, o período atual dá continuidade à assimilação de formas mais complexas de gestão produtiva por parte das empresas. Motivados, sobretudo, pelas boas perspectivas do “etanol” no mercado mundial, novos atores, como fundos de investimentos, empresas atuantes em outros ramos econômicos e grupos de capitais de risco, passam a desenvolver e ampliar o parque produtivo sucroalcooleiro.

As principais corporações que passam a predominar no setor, principalmente através das estratégias de fusões e aquisições são a Louis Dreyfus Commodities, COSAN, BUNGE e a francesa TEREOS. Uma ampla gama de petroleiras e outros investidores que, diferenciando-se parcialmente da estratégia de fusão e aquisição, passam a investir no setor através da participação acionária ou através da constituição de grupos privados de investimento, são a British Petroleum, SHEEL, ADM, CARGIL, ADECOAGRO, a ETHBioenergia (subsidiária do grupo ODEBRECHT) e a INFINITY BIOENERGY.

A presença destes novos investidores traz consigo novas estratégias e os investimentos são efetuados de forma a auferir os melhores ganhos diferenciais aos seus portadores. O processo de compra de ações da usina Vale do Rosário (Grupo Junqueira Franco) por parte da família Biagi em 2007, por exemplo,

¹ Parte significativa da literatura trata das consequências da adoção de formas de gestão do processo produtivo e da força de trabalho no contexto da abertura dos anos 90. A “qualidade total”, mote das empresas da qual nos fala Scopinho (2000), se traduzia em intensificação do ritmo e da jornada de trabalho para os trabalhadores, em perdas salariais (DIEESE, 2007), em aumento dos ritmos de acidentes e mortes por excesso de trabalho (NOVAES, 2007) e em perda do poder de barganha dos trabalhadores, principalmente pelo contingente demitido com a adoção de tecnologias para a colheita mecânica.

movimentou mais de R\$ 1,5 bilhão e contou com a participação de investidores como o BNDESPar, Goldman Sachs e Bradesco Investimentos. São comuns os casos em que intermediários financeiros aplicam e desaplicam seus investimentos em momentos mais “favoráveis”. Cabe também ressaltar a participação do Estado brasileiro – principalmente a partir do BNDES e BNDESPar – como investidor direto em unidades do setor sucroalcooleiro nacional.

Neste cenário nota-se, inclusive, a compra de unidades agroindustriais seguidas de sua desativação, expressão das novas estratégias de estruturação e “governabilidade” das empresas. O grupo RAIZEN, oriundo da fusão entre o grupo COSAN e SHEEL, por exemplo, praticou a desativação de unidades agroindustriais nas proximidades do município de Dobrada/SP, ocasionando a demissão de parte significativa dos trabalhadores empregados para, em seguida, aplicar a infraestrutura na ampliação do parque produtivo de outras usinas na região de Ribeirão Preto/SP².

Uma das novas tendências que se coloca é a terceirização do processo chamado CCT – Corte, Carregamento e Transporte da cana de açúcar. Num cenário mais competitivo, a tendência de terceirização das etapas de CCT possibilita a liberação de recursos que estariam antes imobilizados nos ativos necessários à colheita mecanizada. O ganho diferencial da terceirização das operações de CCT passa a ser investido em outras atividades mais rentáveis ao contexto de expansão (MUNDO NETO, 2012). O grupo COSAN, terceirizando suas operações de CCT para as empresas *Júlio Simões* e a *Gafor*, ampliou seus investimentos para os ramos de distribuição de combustíveis e lubrificantes, transporte ferroviário de açúcar e álcool e criou empresas para monitorar o mercado de terras. Na lógica descrita acima, os gastos agroindustriais com o processo seriam reduzidos em 30-40% dos gastos totais de produção, variando de acordo com a distância entre as áreas de plantio e as plantas industriais³ (TRANSPORTE MODERNO, 2009).

Em relação ao crescimento do mercado de CCT, a empresa de logística Júlio Simões em seus últimos relatórios afirma ter celebrado contratos em torno

² Os dados aqui apresentados foram coletados no âmbito das pesquisas de mestrado dos autores.

³ Predominam no Brasil os novos investimentos em plantas industriais nas vastas planícies do Centro – Oeste. Lá o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar cresce em média 12% ao ano (MONITORAMENTO..., 2014). Estimativas feitas pela Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás apontam valores próximos a 10 bilhões em investimentos até 2015, sendo 75% deles voltados para projetos no setor sucroalcooleiro (GOIÁS, 2014). A corrida para estados desta região guarda forte relação com a maior viabilidade da colheita mecânica, principalmente pela geografia favorável. O crescimento da área plantada nesta região, entre os anos de 2003 e 2012, é da ordem de 45,20% em Mato Grosso, 83,90% em Mato Grosso do Sul e 83,15% no Estado de Goiás.

de R\$ 55 milhões só com empresas do setor sucroalcooleiro para a terceirização de CCT. Para o biênio 2009-10 a empresa alocou aproximadamente 60% de todo o investimento na aquisição de novos maquinários, colheitadeiras e caminhões, apostando na expansão da atividade terceirizada. Entre os clientes da *Júlio Simões (JS)* estão o grupo COSAN, a Clealco – sendo estas duas no estado de São Paulo – e a ETHBioenergia, com contrato em uma de suas unidades produtivas em Goiás. Para o biênio de 2011-12, a *JS* afirma ter 25% da estimativa de sua receita bruta derivada de atividades de CCT. Em 2011 a empresa investiu mais de R\$ 800 milhões em suas atividades, com um valor próximo a 75% do total alocado para novos maquinários. Outras empresas do ramo de terceirização e logística são a *Ouro Verde* (que presta serviços para a ETHBioenergia, no estado de Mato Grosso do Sul), a *Gafor* (que tem como uma de suas clientes também a COSAN), a *Binotto* e a *Luft Agro*.

Acreditamos que este cenário emergente de avanço do corte mecanizado, de remodelação da estrutura empresarial e conseqüentemente de aumento da tendência de terceirização de certas atividades, recoloca a necessidade de se avaliar os rumos dos distintos atores envolvidos na dinâmica produtiva deste setor. Nos limites dos territórios que apresentam crescimento dos índices de mecanização, começam a despontar outros personagens e relações ainda pouco conhecidas e exploradas, como a contratação de tratoristas, operadores de colheitadeira e motoristas por parte das empresas de CCT.

Todo um novo conjunto de trabalhadores emerge neste cenário reestruturado, adequando-se às novas formas de organização, dinâmicas e flexíveis, decorrentes da financeirização da atividade. Todavia, combinam-se ao trabalho mecanizado e terceirizado formas manuais no cultivo e colheita da cana de açúcar, historicamente praticadas e conhecidas por sua precariedade. São funções que, neste contexto de predomínio da atividade mecanizada, consistem em recolher restos de cana deixados pelas máquinas ou mesmo “limpar” o terreno dos canaviais, antes do plantio e da colheita. O trabalho na recolha de pedras por exemplo, evita que, porventura, estas possam danificar os maquinários (SILVA, 2011). Também é comum, mesmo nas áreas mecanizadas, a existência de canas de mais difícil acesso, ou partes do terreno de declividade acentuada, onde cortadores manuais ainda são mantidos.

As demandas por tipos de trabalhadores e por tipos de ocupação, conforme apresentamos, são diferenciadas de acordo com a dinâmica de cada região e conforme a estrutura de mercado. Há que se considerar ainda que a prática da terceirização não é nova neste setor, ela envolveu durante as últimas décadas a

figura dos chamados “gatos” e dos agenciadores de mão de obra na contratação dos trabalhadores do corte manual. No entanto, a terceirização por parte de grandes empresas de logística desenvolve-se em um cenário significativamente diferente, que demanda ser mais detidamente analisado.

Estratégias empresariais e ação sindical: limites e perspectivas

Neste cenário de intensa metamorfose da forma de ser do trabalho canavieiro, assentada na crescente eliminação dos postos de trabalho para o corte manual da cana de açúcar, as estratégias sindicais⁴ têm apontado em dois sentidos. A primeira delas, diz respeito à participação em acordos para a melhoria das condições de trabalho dos cortadores manuais: incluímos aí a participação na Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, que deu origem em 2009, ao *Compromisso Nacional*⁵, e as parcerias firmadas entre empresas e sindicatos com vistas à qualificação profissional dos trabalhadores do corte. A segunda estratégia mobilizada aponta para a modificação no modelo organizativo destes sindicatos, que transita de um modelo de categoria profissional para o de representação por ramo de produção. Assim, a representação de todos os trabalhadores da área rural, operadores de maquinários, motoristas e demais ocupações, passa a ser a principal forma de buscar o fortalecimento da entidade frente à nova dinâmica produtiva e de organização do trabalho, que vem constantemente reduzindo seu poder de pressão. Esforços neste sentido têm sido observados tanto no âmbito do sindicalismo da FETAESP quanto da FERAESP.

O *Compromisso Nacional*, acordo tripartite celebrado entre o sindicalismo paulista (FERAESP e CONTAG), as empresas do setor e o governo federal, traz como pontos pactuados diversas melhorias para os trabalhadores manuais empregados na cultura canavieira, como pausas garantidas e acondicionamento de alimentos durante a jornada de trabalho, condições seguras de transporte, garantia de contrato formalizado, carteira assinada e recolhimento de impostos trabalhistas, segurança no trabalho sindical dentro das usinas, etc.

⁴ Há duas federações no Estado de São Paulo que representam os trabalhadores assalariados rurais. A FETAESP (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo), ligada à CONTAG e a FERAESP (Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo).

⁵ Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar>>. Acesso em: 10 out. 2014.

O *Compromisso* prevê também, como alguns de seus encaminhamentos, o engajamento sindical tanto nos processos de auditoria das usinas a serem certificadas⁶ como no processo de formação do contingente a ser desempregado, visando, sobretudo, qualificá-los para o provimento das novas vagas abertas.

Um exemplo interessante para a reflexão acerca da continuidade dos conflitos sociais e políticos no setor sucroalcooleiro é o das auditorias privadas feitas nas empresas sucroalcooleiras, em razão do selo de conformidade atribuído às “empresas exemplares”. Regulamentadas por decretos presidenciais, normativas da Secretaria Geral da Presidência da República e respaldadas pelo arbítrio da *Comissão Nacional de Diálogo*, composta por membros do sindicalismo rural, empresários e governo, as auditorias preveem a consideração das entidades sindicais locais para efetivação da outorga do selo às usinas auditadas⁷.

Para o caso das auditorias realizadas em sete usinas da macrorregião de Ribeirão Preto/SP, analisadas a partir de processos do Ministério Público do Trabalho de Araraquara, notamos grande descompasso entre as determinações do *Compromisso Nacional* e a dinâmica concreta da relação empresas-sindicatos. Foram observados casos de fraudes e de coação de trabalhadores na coleta de depoimentos por parte dos auditores⁸.

Casos semelhantes aconteceram também na Usina São José da Estívia, localizada em Itápolis/SP, numa usinado grupo Raízen na cidade de Ibaté/SP, na Usina Santa Fé, situada no município Nova Europa/SP e na Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense/SP. Em todos os casos citados o processo de auditoria das usinas foi feito ignorando a presença de representantes sindicais⁹. Não obstante a ausência da participação sindical nas auditorias de diversas usinas cabe mencionar o caráter meramente burocrático da participação sindical, quando concretizada, conforme o relato de um dirigente sindical entrevistado:

⁶ A este respeito consultar Brasil (2012). O Compromisso, de adesão voluntária, tem como pressuposto processos de certificação das usinas que estiverem em conformidade com as cláusulas acordadas.

⁷ A este respeito consultar Brasil (2012).

⁸ Para o caso da Usina Malosso, o representante sindical não foi comunicado da auditoria, ficando ciente, após o término da mesma, que um técnico da usina havia encaminhado um correio eletrônico para uma conta desativada do sindicato (ARARAQUARA, 2012a).

⁹ Ressalva deve ser feita quanto ao caso da usina do grupo RAIZEN localizada em Ibaté/SP. O representante sindical também não foi comunicado, mas tomou conhecimento da realização da auditoria e enviou representante, que esteve presente, contudo, apenas no último dia de auditoria.

Quando somos chamados para participar das auditorias, encontramos alguns problemas com os técnicos que realizam a certificação. O sindicato é convidado a participar, mas também a ficar calado durante a realização, já que dizem que uma manifestação do sindicato poderia interferir na neutralidade do trabalho dos técnicos certificadores. (Wilson Rodrigues, 2011).

Neste mesmo sentido, outro caso emblemático foi o do próprio SER de Araraquara, cujo dirigente Élio Neves, presidente da federação que participou da assinatura do acordo, também não pode acompanhar as auditorias realizadas nas usinas de seu município. Nas palavras do dirigente:

[...] não houve acompanhamento da vistoria por auditoria privada na usina Tamoio em Araraquara em razão de divergências da direção do Sindicato, na representação da categoria, com a direção da empresa no que diz respeito a essas duas unidades (ARARAQUARA, 2012b).

Nos casos citados, todas as usinas foram certificadas como “exemplares”. Observamos, inclusive, que diversos auditores fiscais das empresas de certificação mantinham vínculos com as usinas fiscalizadas no interior paulista. Alguns chegaram a ser, posteriormente, contratados por algumas usinas, ou mesmo “fizeram carreira” anteriormente em algumas delas, como estagiários das empresas que fiscalizaram. O forte trânsito de profissionais entre estas empresas revela, assim, as redes de amizade, conhecimento e favorecimento que, no limite, configuram as relações observadas, baseadas no clientelismo e no favorecimento pessoal. Os descompasso entre os pontos acordados e seu cumprimento efetivo por parte das usinas, observados nos casos apontados, permitem sinalizar a fragilidade do processo de conformidade. O grande marco de “humanização” para os trabalhadores manuais do corte dá, assim, sinais de seus limites.

Cabe ainda indicarmos a participação do sindicalismo rural em programas de qualificação profissional¹⁰ que visam capacitar trabalhadores do corte para a ocupação de novas funções abertas pela mecanização. A observação da dinâmica de remanejamentos de trabalhadores do corte manual após os treinamentos de

¹⁰ Trata-se da qualificação desenvolvida no âmbito do chamado “Programa Renovação”; tal projeto decorre de parceria entre a entidade representativa dos industriais da atividade sucroalcooleira, a UNICA – União Nacional de Cana de Açúcar – e a FERAESP, e é apresentado como uma iniciativa de responsabilidade social frente à diminuição dos postos de trabalho dos cortadores manuais. Visa qualificar trabalhadores para a operação de colheitadeiras, tratores, para a formação de mecânicos, soldadores, eletricitistas, etc. e vem sendo desenvolvido desde o ano de 2010.

qualificação nos fornece uma ideia clara da nova dinâmica produtiva e de organização do trabalho no contexto mecanizado. A despeito de seu caráter agora mais “qualificado” – anunciadosobretudo pelas empresas – as novas funções pouco contemplam as expectativas dos trabalhadores no que tange a melhores condições de trabalho: nota-se redução salarial¹¹, jornadas realizadas em regime 5x1, e a ocupação de novas funções que não estão relacionadas à qualificação recebida pelos trabalhadores¹².

Após treinamento, trabalhadores têm sido redirecionados para o chamado “rastelo”, atividade que consiste em juntar os restos de cana que caem dos caminhões; outros ainda (em sua maioria mulheres) têm sido dirigidos para o trabalho nas plantadeiras ou para atividades que consistem em reparar o trabalho já realizado pelas máquinas, principalmente na atividade de plantio da cana de açúcar ou para o engate e desengate de caminhões que chegam carregados da matéria-prima para a moagem. Pelo caráter de apêndice que tais funções cumprem no processo agora mecanizado, são realizadas em três turnos ininterruptos de trabalho; o trabalho noturno e o regime em 5x1 trazem implicações não somente para um adequado descanso, mas também e principalmente interferem na sociabilidade dos trabalhadores¹³.

Observamos junto aos trabalhadores que a necessidade de qualificação passa a orientar suas opções práticas, engendrando uma busca constante por aquisição de novos conhecimentos. Estar qualificado neste caso nos parece uma condição institucional da mistificação, proveniente da natureza das instituições que organizam e gerenciam o trabalho (BURAWOY, 2010). Jogar o “jogo das qualificações” e estar sempre à espera da ocupação de novas e melhores funções, contribui, assim, para forjar o consentimento social adequado à nova dinâmica de reestruturações. Ademais, a qualificação profissional dirigida a estes trabalhadores tem sido um veículo privilegiado de difusão das novas necessidades do processo produtivo, assentadas principalmente na polivalência do trabalho e na ênfase dada ao “trabalhador colaborador” e suas “competências”, permeadas sempre pela necessidade de adaptação e participação dos trabalhadores; são estratégias gerenciais que tem por base uma tentativa de redução do embate entre capital e trabalho. As funções no chamado “rastelo”,

¹¹ A redução nos salários está vinculada à ausência de pagamento por produção nas funções mencionadas.

¹² As considerações são feitas com base na observação de duas turmas de qualificação, voltadas à formação de tratoristas e mecânicos.

¹³ Conforme é de conhecimento, o regime de trabalho em 5x1 não faz coincidir os dias de descanso remunerado com os finais de semana, o que contribui para o processo que sinalizamos.

no “repasso”, no engate e desengate de caminhões indicam assim que, atreladas às funções propriamente de operação de maquinários, o trabalho manual se reconfigura no setor.

Dadas estas particularidades, a contribuição desta qualificação para os trabalhadores mostra também seus limites no tocante ao desempenho de funções que os alçariam a melhores condições de trabalho, além é claro, de tal iniciativa atingir um número reduzido de trabalhadores, já que o quadro funcional fixo e reduzido com o qual operam as usinas paulistas passa a alterar significativamente a dinâmica de contratações, excluindo os trabalhadores migrantes safristas, principais impactados pela mecanização.

A participação neste tipo de iniciativa empresarial revela também indeterminações dos sindicatos frente às mudanças técnico-organizacionais levadas a cabo nos últimos anos. Em posição marcadamente ambígua, se os sindicatos reconhecem que a qualificação é uma alternativa insuficiente, ela ainda continua sendo referência de atuação no contexto atual.

Algumas conclusões

As considerações que realizamos sobre a nova dinâmica deste setor e as formas como se relacionam os atores coletivos envolvidos neste processo nos remete tanto à nova forma de valorização do capital nesta região agrícola, quanto a uma mudança na dinâmica do uso da força de trabalho dela decorrente. Ainda que a efetividade da ideia de um grande *pacto* ou *diálogo social* entre capital e trabalho seja bastante problematizada pela literatura atual, conforme os trabalhos de Verás de Oliveira (2007), Jardim (2007), Oliveira (2010) e Antunes (2011), como estratégia sindical orgânica de melhoria de condições para um segmento – os trabalhadores cortadores manuais – os dados colhidos junto aos sindicatos rurais paulistas parecem dar sinais de pouca efetividade desta fiscalização por parte das instituições representativas dos trabalhadores rurais. Por outro lado, conforme apontamos, inúmeras são as novas formas de ser trabalhador manual na cana de açúcar hoje.

A projeção do agronegócio sucroalcooleiro durante a última década e as formas de adesão do sindicalismo rural às novas determinações deste espaço produtivo parecem corroborar com as reestruturações em curso e legitimar as novas formas de apropriação do trabalho neste contexto. A crise das estratégias tradicionais dos sindicatos e o direcionamento para outras formas de atuação guarda forte relação com a ausência de um projeto político definido e organizado

junto às suas bases, assim como diz respeito às intensas transformações que o trabalho na atividade vem sofrendo ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, conforme as estratégias sindicais por nós visualizadas, o lugar ocupado pelos cortadores manuais diante deste processo nos parece incerto e, no limite, circunscrito às determinações do *Compromisso Nacional*. Por outro lado, conforme buscamos apontar, caberia acompanhar quais as perspectivas de organização para o conjunto dos trabalhadores da área rural das usinas, se o cenário é marcado por um forte crescimento das terceirizações nesta etapa do corte mecanizado.

OLD DILEMMAS, NEW CHALLENGES: NEW FORMS OF WORK, OUTSOURCING AND REPRESENTATION IN RURAL PAULISTA UNION.

ABSTRACT: *The intense process of mechanization of sugar cane harvesting in the last decade composes a scene quite different from that seen in previous decades regarding the organization of work patterns and the insertion of labor employed in the biofuels industry. The new production of this dynamic industry constantly restructured with the entry of new investors groups is accompanied by significant repercussions for workers and their representative institutions. This article aims to discuss new forms of workers insertion in the production process, giving particular attention to the process of outsourcing activities of cutting, harvesting and transportation of sugarcane for sugar and alcohol companies and the prospects of union representation and action in this context. The universe of empirical analysis is based on the region of Ribeirão Preto/SP, national reference of sugar and alcohol production.*

KEYWORDS: *Sugarcane sector. Harvest mechanization. Labor market. Labor organization. Unionism.*

REFERÊNCIAS

ALVES, FJ. C. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana. **Revista RURIS**, Campinas, v.3, n.1, p.153-178, mar. 2009.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARARAQUARA (SP). Procuradoria do Trabalho. **Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela em face de Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.** 24 set.

2012a. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/cesar.leao/Arquivos/Usina+Ipiranga+selo+social,74012951.doc>>. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela em face de Raizen Energia S.A. e Raizen Araraquara Açúcar e Álcool LTDA.** 27 set. 2012b. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/cesar.leao/Arquivos/Usina+Raizen+Araraquara+selo+social,74012949.doc>>. Acesso em: 13 out. 2014.

BOITO JUNIOR, A. A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v.1, n.21, p.52-76, 2007.

BRASIL. Resolução n.1, de 23 de maio de 2012. Dispõe sobre o mecanismo de reconhecimento de empresas que aderirem ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e cumprirem as práticas empresariais nele contidas. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 maio 2012.

BURAWOY, M. A fabricação do consentimento. In: _____. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010. p.85-88.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.81-112.

_____. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005. p.51-90.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS [DIEESE]. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, v.3, n.30, p.2-34, fev. 2007.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Pesquisa de intenção de investimento no estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj10/artigo09.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

JARDIM, M. A. C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. 2007. 421f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MONITORAMENTO da Cana-de-açúcar: via imagens de satélite. **CANASAT**. 2012. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html>>. Acesso em: 14 out. 2014.

MUNDO NETO, M. **Transformações na indústria sucroalcooleira no início do século XXI**: das famílias aos acionistas. 2012.226f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

_____. **Atores na construção do mercado do etanol**: a UNICA como foco de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBS, 2009.p.1.

NOVAES, J. R. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.59, p.167-178, 2007.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.p.21-27.

SCOPINHO, R. A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise das empresas sucroalcooleiras paulistas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.4, n.1, p.93-112, jan./abr. 2000.

SILVA, M. A. Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v.39, p.11-46, 2011.

TRANSPORTE MODERNO: campo aberto para a logística. **Luft Logistics Solutions**. 2009. Disponível em: <http://www.luftsolutions.com.br/2012/index.php?view=article&catid=34%3Aluft&id=220%3Atransporte-moderno-campo-aberto-para-a-logistica&option=com_content>. Acesso em: 13 out. 2014.

VERÁS DE OLIVEIRA, R. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.S. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.49-69.

